

**ENTRE A EXCLUSÃO E A EXCEÇÃO:
EXPERIÊNCIA COM RODA DE CONVERSA NO NÚCLEO DE
CONSCIÊNCIA NEGRA**

Aline Coelho

alinev.coelho@hotmail.com

Psicóloga pela UNINOVE (2009), Psicanalista, participante das formações clínicas do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo, membro fundadora do projeto de psicanálise e educação ABRACADABRA, voluntária no cursinho popular do Núcleo de Consciência Negra na USP com a “Roda de Conversa: espaço de fala e escuta litoral”, Especialista em Psicanálise e Saúde pelo Albert Einstein Instituto de Ensino e pesquisa. (2015). Mestranda em Psicologia Social pelo Núcleo de Psicanálise e Sociedade da PUC – SP. Atua em atendimento clínico.

Michele Borges

michele@desirpsicanalise.com.br

Psicóloga pela UNINOVE (2008), Psicanalista, membro do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo, curadora do projeto *Mais Ainda* na Livraria da Tarde, voluntária no cursinho popular do Núcleo de Consciência Negra na USP com a “Roda de Conversa: espaço de fala e escuta litoral”, Mestranda em Psicologia Social pelo Núcleo de Psicanálise e Sociedade da PUC – SP. Atua em atendimento clínico e institucional em serviço de acolhimento para crianças e adolescentes.

“Eles combinaram de nos matar,
mas nós combinamos de não morrer”
Conceição Evaristo

O Núcleo de Consciência Negra (NCN) existe há 32 anos, atuando dentro da USP. A permanência lá marca uma resistência, mais uma, das tantas que os negros enfrentam num país extremamente racista. Recebe principalmente alunos afrodescendentes de baixa renda, mas também outros estudantes da periferia de São Paulo. É cobrada uma taxa de inscrição simbólica apenas para aqueles que conseguem paga-la.

Em 2015, o NCN recebeu um comunicado pedindo para desocuparem o prédio que seria demolido em função das péssimas condições. No dia seguinte os tratores chegaram, derrubaram uma parte do galpão e não conseguiram demolir o restante porque os alunos acamparam no local. Posteriormente, foram cedidas quatro salas dentro do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), sendo uma sala de aula, uma secretaria, uma sala de estudos e uma biblioteca. Contudo, somente no segundo semestre de 2018 os alunos conquistaram o direito de utilizar a cozinha do espaço, que era restrita aos funcionários do IEB.

Há uma grande dificuldade por parte da gestão em acessar a reitoria e fica muito claro que o NCN está na USP, mas não é da USP. Os alunos do cursinho não têm direito a utilizar os ônibus que circulam lá dentro, duas linhas administradas pela SPTrans, que fazem a ligação entre a Estação Butantã do Metrô e a Cidade Universitária. Essas linhas podem ser utilizadas gratuitamente pelos alunos matriculados na universidade, com o chamado Bilhete USP (BUSP). Também não podem utilizar os restaurantes universitários (chamados de bandejões), que oferecem refeições mais baratas para alunos matriculados. Assim, a grande evasão que é percebida no cursinho se dá em decorrência de muitos alunos não conseguirem vir para as aulas por não terem dinheiro para pagar o transporte público. Os relatos de alunos que se sentem mal por estarem com fome também são comuns, questões que os professores e coordenação resolvem promovendo um lanche comunitário, quando possível e, até mesmo ajudando financeiramente com o valor para condução.

Em novembro de 2016, recebemos convite para coordenar no Cursinho Popular, uma roda de conversa que acontece quinzenalmente, pois muitas questões relacionadas à identificação como negros e questões sociais surgiam durante as aulas e, os professores sentiam dificuldade para maneja-las. Iniciamos o trabalho e percebemos que o cursinho tem uma função política – uma vez que preparar alunos negros e periféricos para ingresso na universidade é um ato político – e também uma função de formação cidadã, pois nesse espaço, para além do conteúdo teórico, muitos alunos se reconheceram negros, puderam dividir experiências e se fortalecer para enfrentar a exclusão que desde muito pequenos vivem na pele. Há relatos em que dizem terem conseguido aceitar o cabelo, a cor da pele e os traços marcantes do nariz e da boca, somente após terem ingressado no cursinho.

A questão identitária é recorrente nas rodas de conversa promovidas por nós, trazendo então um conceito muito caro à psicanálise, as identificações. As rodas de conversa não se pretendem e não equivalem a uma análise, porém através de atos analíticos podemos trabalhar com os alunos estas questões. O desejo do psicanalista supõe uma queda na cadeia das identificações. No cursinho os alunos passam por um processo de se identificarem como grupo de alunos negros, o que é importante para o fortalecimento do grupo que ainda precisa, no Brasil, buscar os seus direitos, que são extremamente desiguais. Enquanto grupo que se identifica com as mesmas questões pode ficar mais fortalecido e obter mais êxito nas buscas por refeição e transporte gratuitos, por exemplo.

A psicanálise atua na direção da singularidade do sujeito e da queda das identificações, isolando os significantes que contribuem para a formação e para a estabilização dos modos de satisfação que constituem a fantasia. “O inconsciente é este lugar do discurso onde o princípio da não contradição não reina.” (Laurent, 2012). Desta forma, na roda de conversa atuamos no reconhecimento das identificações, inclusive como posição política reconhecendo a importância de uma militância estudantil negra e ao mesmo tempo pensando na queda das identificações na busca do traço de singularidade possível para cada um.

A cada ano percebemos como o ingresso de alunos nos diversos cursos aumenta a esperança e derruba um pouquinho mais os muros que os separam da formação universitária que é, para muitos deles, uma das poucas possibilidades de saírem da condição a que foram condenados por um sistema capitalista baseado na meritocracia. A resistência está presente também nesse ponto, pois a maioria sofre com a pressão da família para que encontrem um trabalho e possam contribuir com a renda familiar. Poucos alunos conseguem se dedicar somente aos estudos e a maior parte deles divide o tempo do cursinho com trabalhos para ajudar no sustento da família.

Durante uma das rodas de conversa, recebemos um ex-aluno do cursinho, que frequentava nossa atividade no ano anterior e voltou para participar naquela ocasião. O estudante em questão foi aprovado no vestibular da FUVEST e ingressou no curso de Matemática da USP. O agora, aluno da mais importante universidade de São Paulo compartilhou as suas várias angústias, como a dificuldade em arrumar tempo para resolver os exercícios e participar dos trabalhos em grupo – o que requer grande concentração – ter que lidar com o sentimento de não pertencimento ao grupo, por ser negro e pobre e perceber os olhares dos colegas da turma, o que aumenta sua dificuldade em resolver exercícios na sala de aula, questões que em outros ambientes resolve com facilidade.

Esse relato, nos remete à música Favela Vive III, em que o rapper Choice diz: “A troca de tiro te assusta, mas a troca de olhar comigo é mais tensa.”

Além da dificuldade em lidar com o não pertencimento, com o olhar excludente dos outros alunos, há muitos outros relatos de situações em que os alunos sofrem racismo dentro da Universidade, inclusive vindo de professores.

A lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012¹, também conhecida como lei de cotas, tem como objetivo beneficiar estudantes oriundos de escolas públicas, negros, índios e portadores de necessidades especiais, sempre com recorte de renda. A lei prevê que seja dedicada até 50% das vagas para esses alunos, aumentando as chances dos que foram menos favorecidos na tentativa de ingressar nas universidades públicas (Brasil, 2012).

Passar no vestibular e ingressar na universidade é uma grande conquista, marca uma luta e uma posição política no quadro da educação no Brasil. Contudo, há uma disparidade enorme entre os alunos provenientes de escolas particulares e os alunos cotistas, tanto em termos de conteúdos teóricos, como culturais e de línguas estrangeiras. Assim, alguns saem da condição de exclusão, porém, entrar não significa serem incluídos e, continuam na condição de exceção.

Sabemos que o processo de preparação para o vestibular costuma ser difícil para a maioria dos jovens. Em um mundo marcado pela competitividade, o sujeito moderno necessita escolher uma profissão mesmo quando não tem maturidade para se responsabilizar por essa escolha, precisa se organizar cronologicamente e psicologicamente para aprender conteúdos que muitas vezes nunca viu e que não fazem parte de sua realidade, enfrenta a desigualdade de um sistema meritocrático marcado por estereótipos e preconceitos.

Em 2018, Ricardo Alexino Ferreira, Professor Associado (livre docente) da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e membro da Comissão de Direitos Humanos da USP, publica no Jornal da USP o texto “O sistema de cotas étnico-raciais adotado pela USP”. No texto, o professor aponta que após resistir por décadas à adoção do sistema de cotas raciais, a USP finalmente cedeu, em 2017, através das congregações das unidades e do Conselho Universitário, e introduziu políticas afirmativas na Fuvest 2018 e SISU. A votação no Conselho Universitário foi histórica, de 92 votos, 75 membros do Conselho Universitário disseram sim ao sistema de cotas.

Assim, 37% das vagas do vestibular da Fuvest 2018 foram destinadas aos alunos de escolas públicas, inclusive nos cursos mais concorridos, como medicina. A cada ano a reserva de cotas irá subir, até atingir a meta, em 2021, de 50% das vagas destinadas ao sistema de cotas. As vagas reservadas para Pretos, Pardos e Indígenas (PPIs) – termos que são designações do IBGE – serão proporcionais à presença desses segmentos no Estado de São Paulo. Assim, dos 37%, 13,7% serão reservados para Pretos, Pardos e Indígenas.

É importante ressaltar que apesar da progressão de aumento da reserva de cotas ser uma vitória, cerca de 50% da verba destinada às “Bolsas de Manutenção”, concedidas aos alunos de baixa renda para se manterem nos cursos sem precisar trabalhar, foram retiradas, tornando a vida acadêmica ainda mais complicada, pois precisam dividir seu tempo entre buscar os conteúdos que não possuem, acompanhar as matérias e trabalhar para se manter. Além disso, a nota de corte da maioria dos cursos também foi aumentada.

O texto de Ferreira (2018), aponta também diversos paradigmas que a Universidade de São Paulo ainda precisa superar, como a atuação da polícia militar dentro do campus, que realiza abordagens motivadas por questões étnicas aos alunos. Há relatos de alguns alunos que os policiais que circulam no campus, muitas vezes, os abordam quando estão transitando de um prédio para outro, obrigando-os a passarem por revistas vexatórias. Realidade que a maioria dos alunos brancos não vive no campus.

Como diz Emicida, em sua música “Inácio da Catingueira”:

“Dos cabeça de escravo até a militância anêmica
Minha trajetória é real, a de vocês é cênica
Cínica, cômica, quer alvoroço
Precisa dos preto fudido com grilhão no pescoço
Pois o gueto só é real se tiver roendo osso
Cadê os neguim que devia tá no fundo do poço?”

Outro dado relevante levantado por Viviane Angélica Silva, doutora em educação, é que dos seis mil professores na USP, apenas 120 são negros.

Os planos de ensino nas áreas das Humanidades; Ciências Sociais Aplicadas; Educação e outras disciplinas similares ainda têm como base, em sua maioria, autores europeus e norte-americanos; poucos latino-americanos e pouquíssimos africanos. Só para se ter uma ideia, a obra “Mayombe”, do escritor angolano Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos (conhecido como Pepetela), foi a primeira (e ainda única) literatura africana a compor obra obrigatória da Fuvest de 2017.

Existem alguns coletivos de alunos da USP que estão pensando, dando voz e visibilidade ao que acontece com os alunos negros na universidade. Dentre eles estão o Coletivo Negro Claudia Silva Ferreira, do curso de Letras da USP, e o Coletivo Quilombo Oxê, do curso de Direito da USP.

O coletivo “Quilombo Oxê”, publicou em sua página no Facebook um texto que começa com a frase “Você estuda aqui?”, referindo-se a pergunta que muitos estudantes negros e negras do Largo São Francisco escutam, todos os dias. Por vezes ela não é dita em palavras, mas expressada através do olhar de um segurança ou professor, que os seguem com os olhos como que indignados, questionando se pertencem mesmo àquele espaço ou se são meros visitantes.

Essa pergunta também é expressada quando um docente diz que “é um absurdo um aluno na Faculdade de Direito Largo São Francisco não ser fluente em inglês”, como se todos os alunos desse espaço fossem provenientes das escolas particulares mais caras da cidade de São Paulo. No ano passado, na semana do dia 20 de Novembro, em que se comemora o dia da Consciência Negra, os alunos realizaram uma intervenção visual, no campus Largo São Francisco, com suas fotos e o título “Você estuda aqui?”, com o intuito de sensibilizar e denunciar o absurdo que vivem todos os dias.

Ter aprovado um sistema de cotas que tira milhares de estudantes da condição de exclusão é de extrema importância e precisa ser valorizado, porém, como lidar com a condição de exceção?

Pensar em políticas públicas para a inserção desses alunos, afim de que não apenas saiam da condição de exclusão, mas também do lugar de exceção que hoje ocupam é de extrema importância. Contudo, diante da atual situação política do país, estamos na iminência não só de retroceder em relação às cotas, mas também da privatização do ensino público, o que nos leva à necessidade de continuar lutando para melhorar, mas acima de tudo, continuar lutando para manter essa conquista.

Para finalizar, trazemos uma poesia de Conceição Evaristo do livro “Poemas de recordação e outros movimentos”, para lembrar que o sistema de cotas – dentre outras ações de resistência e políticas públicas – é também uma forma de termos em nossas vozes, todas as vozes que foram caladas, uma forma de termos “Vida-Liberdade”:

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

REFERÊNCIAS

Evaristo, C. (2017). *Poemas de recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê.

Ferreira, R. A. (05 de janeiro, 2018). O sistema de cotas étnico-raciais adotado pela USP. *Jornal da USP*. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-sistema-de-cotas-etnico-raciais-adotado-pela-usp/> acessado em 25 de out. de 2018.

Laurent, E. O passe e os restos de identificação. Julho de 2012. Disponível em http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_08/O_passe_e_os_restos_de_identificacao.pdf. acessado em 15 de dezembro de 2019.

Brasil. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Site do Planalto. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.> Acessado em: 28 de outubro 2018

NOTAS

1 - A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

COMO CITAR ESTE TEXTO

Coelho, A. & Borges, M. (2020) Entre a exclusão e a exceção: experiência com roda de conversa no núcleo de consciência negra. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, 11 (1), 33-44.

RECEBIDO: 25/01/2020.
APROVADO: 14/04/2020.